



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 8ª VARA DO  
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Valdevina Félix da Costa Pereira, Zirley Maria Bezerra e Adalcídio Pereira Júnior.

|                          |                                                            |
|--------------------------|------------------------------------------------------------|
| Jurisdição               | Alhandra, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Pitimbu. |
| Normativo de criação     | Lei nº nº 10.770, de 21.11.2003                            |
| Data de instalação       | 28.11.2006                                                 |
| Data da última correição | 08 a 10.08.2016                                            |
| Período de correição     | 06 a 13.11.2017                                            |

Aos 06 de novembro de 2017, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da 8ª Vara do Trabalho de João Pessoa relativos ao período de 08.08.2016 a 05.11.2017, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Editais de Correição nº 026/2017 e 028/2017 publicados no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor foi recebido pelo Ex<sup>mo</sup> Sr. Juiz Titular da Vara, Rômulo Tinoco dos Santos, pelo Ex<sup>mo</sup> Sr. Juiz Substituto fixo Flávio Londres da Nóbrega, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária.



Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Hórus, SAOPJE e SUAP, referentes ao período de 1º.08.2016 a 30.09.2017 (14 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrado Titular

| Juiz Titular             | Titularidade na Unidade             |
|--------------------------|-------------------------------------|
| Rômulo Tinoco dos Santos | 20.11.2006 – ATO TRT GP Nº 296/2006 |

#### 1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Titular (Fonte: SUAP)

| Motivação      | Normativo                 | Período                 | Dias |
|----------------|---------------------------|-------------------------|------|
| Licença médica | Protocolo TRT Nº 528/2017 | 11.01.2017 a 31.01.2017 | 21   |
| Férias         | Protocolo TRT Nº 16788/16 | 1º.02.2017 a 02.03.2017 | 30   |
| Férias         | Protocolo TRT Nº 16788/16 | 16.06.2017 a 15.07.2017 | 30   |

#### 1.1.2 Magistrado Substituto fixo

| Juiz Substituto fixo      | Fixação na Unidade                   |
|---------------------------|--------------------------------------|
| Flávio Londres da Nóbrega | 30.01.2017 – ATO TRT SCR Nº 013/2017 |

É de se registrar que o Juiz Substituto, Flávio Londres da Nóbrega, foi fixado na Unidade correicionada a partir de 31.01.2017, em razão do afastamento do Juiz Substituto Adriano Mesquita Dantas que ora atua como Juiz Auxiliar da Corregedoria (ATO TRT GP Nº 002/2017).

#### 1.1.3 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Substituto fixo (Fonte: SUAP)

| Motivação | Normativo                 | Período                 | Dias |
|-----------|---------------------------|-------------------------|------|
| Férias    | Protocolo TRT Nº 16788/16 | 13.03.2017 a 11.04.2017 | 30   |



## 1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.

## 1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A 8ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **15** servidores:

| Servidor                                      | Cargo/Função                                        | Data lotação |
|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------|
| Aldrovando Paulo da Silva Filho               | Técnico Judiciário – Assistente V                   | 02.06.2014   |
| Ana Paula de Alencar Neves                    | Técnico Judiciário – Assistente IV                  | 22.11.2006   |
| Anna Tereza Lyra Cajú                         | Analista Judiciário                                 | 22.11.2006   |
| Arinaldo Alves de Sousa                       | Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria          | 22.11.2006   |
| Cira Fabíola de Queiroz Pires                 | Técnico Judiciário – Assistente III                 | 29.10.2007   |
| Estevam Rodriguez Botto Targino               | Analista Judiciário – Assistente de Juiz Substituto | 08.05.2015   |
| Glauber Silva Farias                          | Técnico Judiciário – Assistente II                  | 1º.04.2014   |
| Jean Marc Ramalho Duarte                      | Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular     | 10.01.2007   |
| Maria Inês de Medeiros Lima                   | Técnico Judiciário – Assistente IV                  | 22.11.2006   |
| Paula Frassinetti de Medeiros Guedes          | Analista Judiciário                                 | 25.01.2010   |
| Petrônio de Sá Leitão Cunha                   | Requisitado – Assistente III                        | 22.11.2006   |
| Rossana Cristina Correia Guerra Toscano Moura | Analista Judiciário – Assistente III                | 14.03.2017   |
| Samara Batista Paiva                          | Técnico Judiciário – Assistente III                 | 05.05.2014   |
| Tatiane Rossi                                 | Técnico Judiciário – Assistente III                 | 06.12.2016   |
| Vânia Cavalcanti de Oliveira                  | Técnico Judiciário – Assistente IV                  | 03.12.2012   |

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual nos Sistemas SUAP e Pje-JT.



## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 8ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em **30.09.2017**, um acervo processual de **3.680** processos:

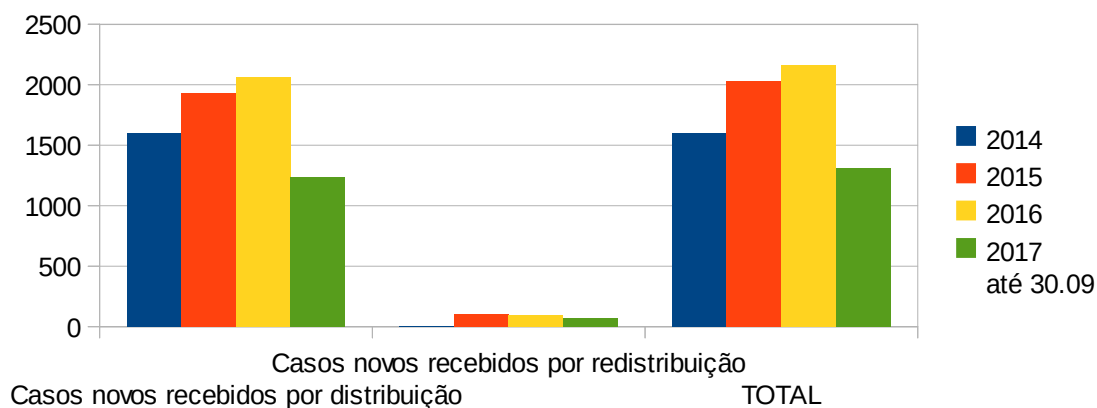
| Item                          | Quantidade |
|-------------------------------|------------|
| Fase de conhecimento          | 2.294      |
| Fase de liquidação            | 28         |
| Fase de execução              | 1.271      |
| Cartas precatórias e de ordem | 87         |

### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

#### 2.1.1 Casos novos

Em relação ao último triênio, a Unidade Judiciária apresenta a seguinte movimentação processual:

| Item                                     | 2014         | 2015         | 2016         | 2017<br>até 30.09 |
|------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|
| Casos novos recebidos por distribuição   | 1.596        | 1.927        | 2.062        | 1.239             |
| Casos novos recebidos por redistribuição | 7            | 105          | 98           | 72                |
| <b>TOTAL</b>                             | <b>1.603</b> | <b>2.032</b> | <b>2.160</b> | <b>1.311</b>      |



Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2014, **28** em 2015, **607**; em 2016, **672** e até 30.09.2017, **468** processos.

**2.1.2 Pendentes de solução** (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

| Item                                   | 31.12.2014 | 31.12.2015 | 31.12.2016   | 2017<br>até 30.09.17 |
|----------------------------------------|------------|------------|--------------|----------------------|
| Aguardando a 1ª sessão de audiência    | 276        | 447        | 595          | 483                  |
| Aguardando o encerramento da instrução | 552        | 260        | 386          | 405                  |
| Aguardando a prolação de sentença      | 49         | 146        | 80           | 135                  |
| <b>Total</b>                           | <b>877</b> | <b>853</b> | <b>1.061</b> | <b>1.023</b>         |

**2.1.3 Pendentes de finalização** (Fonte: e-Gestão)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.

| Item                 | 2014  | 2015  | 2016  | 2017<br>(até 30.09) | Variação (%) |           |           |
|----------------------|-------|-------|-------|---------------------|--------------|-----------|-----------|
|                      |       |       |       |                     | 2014/2015    | 2015/2016 | 2016/2017 |
| Fase de conhecimento | 1.592 | 1.393 | 2.180 | 2.294               | -12,50%      | 56,49%    | 5,22%     |
| Fase de liquidação   | -     | 1     | 16    | 28                  | -            | 1500,00%  | 75,00%    |
| Fase de execução     | 826   | 860   | 1.087 | 1.271               | 4,11%        | 26,39%    | 16,92%    |

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



### 3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

#### 3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências de segunda a quinta-feira, e, eventualmente, às sextas-feiras.

As últimas audiências agendadas pela Unidade foram:

|                               |            |                                 |
|-------------------------------|------------|---------------------------------|
| <b>Rito Sumaríssimo</b>       | 22.02.2018 | RTSum 0001587-04.2017.5.13.0025 |
| <b>Rito Ordinário</b>         | 26.03.2018 | RTOrd 0001589-71.2017.5.13.0025 |
| <b>Audiência de Instrução</b> | 10.04.2018 | RTOrd 0000807-64.2017.5.13.0025 |

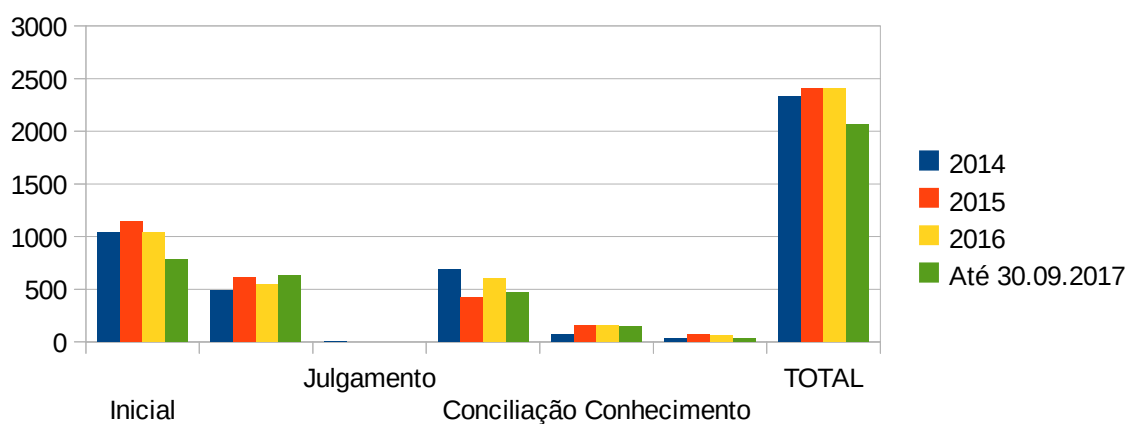
É de se registrar que a Unidade aderiu, no início deste semestre, ao Projeto Descongestionar (Ato TRT SCR 074/2017) no afã de encurtar o prazo da pauta de audiência.

##### 3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta:

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta.

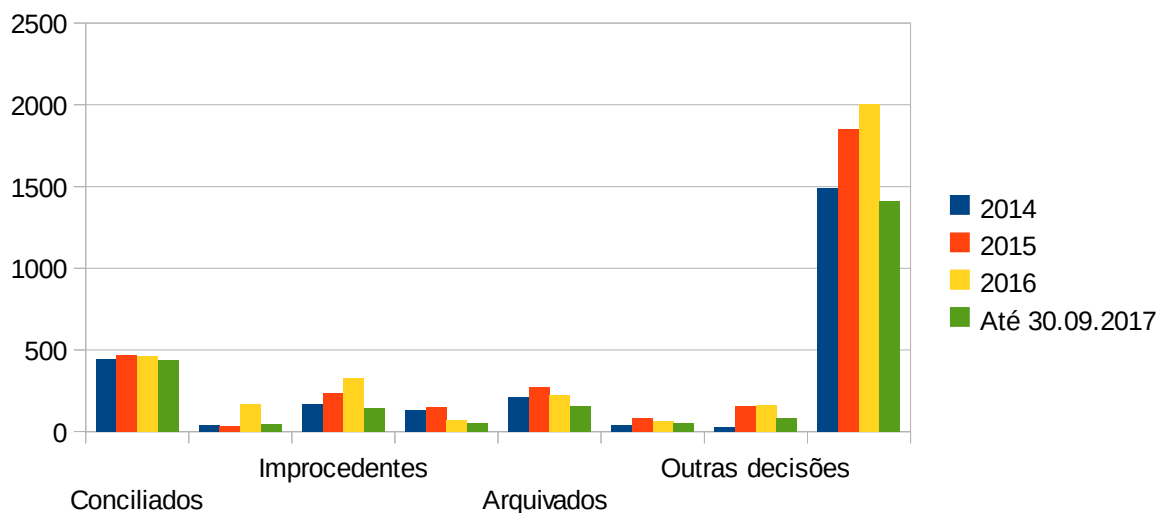
##### 3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

| <b>Item</b>              | <b>2014</b>  | <b>2015</b>  | <b>2016</b>  | <b>Até<br/>30.09.2017</b> |
|--------------------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------|
| Inicial                  | 1.037        | 1.145        | 1.042        | 784                       |
| Instrução                | 493          | 612          | 546          | 631                       |
| Julgamento               | 4            | -            | -            | -                         |
| Una                      | 688          | 427          | 603          | 475                       |
| Conciliação Conhecimento | 69           | 157          | 158          | 146                       |
| Conciliação Execução     | 38           | 68           | 61           | 32                        |
| <b>TOTAL</b>             | <b>2.329</b> | <b>2.409</b> | <b>2.410</b> | <b>2.068</b>              |



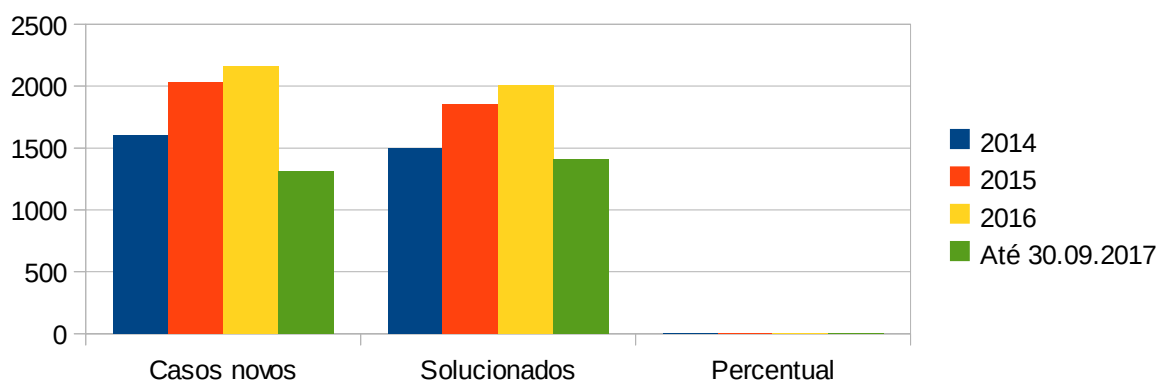
### 3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

| Item                       | 2014         | 2015         | 2016         | Até 30.09.2017 |
|----------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| Conciliados                | 447          | 471          | 463          | 435            |
| Procedentes                | 38           | 37           | 167          | 45             |
| Improcedentes              | 168          | 237          | 329          | 142            |
| Extintos                   | 132          | 149          | 73           | 51             |
| Arquivados                 | 210          | 274          | 223          | 159            |
| Homologação de desistência | 38           | 82           | 66           | 55             |
| Outras decisões            | 30           | 159          | 161          | 85             |
| <b>TOTAL</b>               | <b>1.494</b> | <b>1.851</b> | <b>2.004</b> | <b>1.409</b>   |

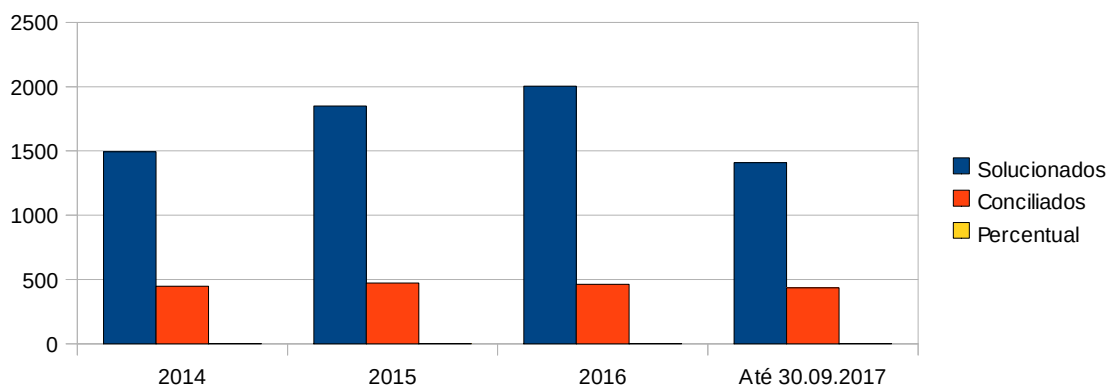


**3.2.1 Índice de solução x casos novos** (Fonte: e-Gestão)

| Item         | 2014   | 2015   | 2016   | Até 30.09.2017 |
|--------------|--------|--------|--------|----------------|
| Casos novos  | 1.603  | 2.032  | 2.160  | 1.311          |
| Solucionados | 1.494  | 1.851  | 2.004  | 1.409          |
| Percentual   | 93,07% | 91,09% | 92,77% | 107,47%        |

**2.2.2 Índice de conciliados x solucionados** (Fonte: e-Gestão)

| Item         | 2014   | 2015   | 2016   | Até 30.09.2017 |
|--------------|--------|--------|--------|----------------|
| Solucionados | 1.494  | 1.851  | 2.004  | 1.409          |
| Conciliados  | 447    | 471    | 463    | 435            |
| Percentual   | 29,91% | 25,44% | 23,10% | 30,87%         |

**Produtividade dos magistrados – solucionados** (Fonte: e-Gestão)

| Magistrados | Com exame do mérito |            |             |              |         |                 | Sem exame do mérito |         |                      | Total |
|-------------|---------------------|------------|-------------|--------------|---------|-----------------|---------------------|---------|----------------------|-------|
|             | Conciliação         | Procedente | Proc. Parte | Improcedente | Extinto | Outras decisões | Arquivado           | Extinto | Desistências/ Outras |       |





|                                      |     |    |     |     |   |   |    |    | decisões |            |
|--------------------------------------|-----|----|-----|-----|---|---|----|----|----------|------------|
| Rômulo Tinoco dos Santos             | 239 | 82 | 253 | 107 | 2 | - | 92 | 31 | 83       | <b>889</b> |
| Flávio Londres da Nóbrega            | 149 | 17 | 182 | 52  | 1 | - | 78 | 20 | 63       | <b>562</b> |
| Adriano Mesquita Dantas              | 52  | 43 | 73  | 73  | 6 | - | 31 | 10 | 12       | <b>300</b> |
| Albérico Viana Bezerra               | 3   | 1  | 5   | -   | - | - | -  | -  | -        | <b>9</b>   |
| Ana Beatriz D. Fernandes Gondim      | 70  | 37 | 70  | 23  | - | - | 25 | 7  | 33       | <b>265</b> |
| Ana Paula Cabral Campos              | 31  | -  | -   | -   | - | - | -  | -  | -        | <b>31</b>  |
| Flávia Roberta Farias da C. Assunção | 13  | -  | 9   | 1   | - | - | -  | 1  | 2        | <b>26</b>  |
| Francisca Poliana A. Rocha de Sá     | 6   | -  | 8   | 2   | - | - | 1  | 1  | -        | <b>18</b>  |
| Francisco de Assis Barbosa Júnior    | 6   | -  | 9   | 1   | - | - | 4  | -  | 3        | <b>23</b>  |
| Francisco Xavier de Andrade Filho    | 30  | 1  | 1   | -   | - | - | 6  | 4  | 8        | <b>50</b>  |
| George Falcão Coelho Paiva           | 26  | -  | 9   | 14  | - | - | 12 | 1  | 8        | <b>70</b>  |
| Luiz Antônio Magalhães               | 4   | -  | 2   | -   | - | - | -  | -  | -        | <b>6</b>   |
| Renata Maria Miranda Santos          | -   | -  | 2   | -   | - | - | -  | -  | -        | <b>2</b>   |

No período correicionado, o Juiz Titular laborou **335** dias, perfazendo uma média de produção de 2,65 processos/dia. O Juiz substituto laborou **212** dias, com média de produção de 2,62 processos/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, em razão da intermitência de atuação, não é razoável aqui se registrar uma média de produção.

### 3.3.1 Incidentes julgados (Fonte: e-Gestão)

| Magistrados              | Embargos de declaração | Antecipação de tutela | Impugnação à sentença de liquidação | Embargos à execução | Embargos à arrematação | Exceção de pré-executividade | Total      |
|--------------------------|------------------------|-----------------------|-------------------------------------|---------------------|------------------------|------------------------------|------------|
| Rômulo Tinoco dos Santos | 123                    | 187                   | 28                                  | 80                  | -                      | 11                           | <b>429</b> |
| Flávio Londres da        | 75                     | 82                    | -                                   | 12                  | -                      | 1                            | <b>170</b> |



|                                   |    |    |   |   |   |   |    |
|-----------------------------------|----|----|---|---|---|---|----|
| Nóbrega                           |    |    |   |   |   |   |    |
| Adriano Mesquita Dantas           | 39 | 24 | - | 2 | - | 1 | 66 |
| Albérico Viana Bezerra            | -  | 2  | - | - | - | - | 2  |
| Ana Beatriz D. Fernandes Gondim   | 28 | 61 | 1 | 1 | - | - | 91 |
| Flávia Roberta F.C. Assunção      | 4  | 3  | - | - | - | - | 7  |
| Francisca Poliana A. Rocha de Sá  | 4  | -  | - | - | - | - | 4  |
| Francisco de Assis Barbosa Júnior | 5  | 6  | - | - | - | - | 11 |
| Francisco Xavier de Andrade Filho | -  | 12 | - | - | - | - | 12 |
| George Falcão Coelho Paiva        | 1  | 15 | - | 1 | - | - | 17 |
| Lindinaldo Silva Marinho          | 1  | -  | - | - | - | - | 1  |
| Luiz Antônio Magalhães            | 1  | -  | - | - | - | - | 1  |

**3.3.2 Produtividade do magistrado titular – audiências realizadas** (Fonte: e-Gestão)

| Rômulo Tinoco dos Santos                            |                                       |                      |              |
|-----------------------------------------------------|---------------------------------------|----------------------|--------------|
| DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO |                                       |                      |              |
| Realizadas                                          | Inicial                               | 443                  |              |
|                                                     | Instrução                             | 309                  |              |
|                                                     | Julgamento                            | -                    |              |
|                                                     | Una                                   | 250                  |              |
|                                                     | <b>Total</b>                          | <b>1.002</b>         |              |
|                                                     | Conciliação                           | Fase de conhecimento | 87           |
|                                                     |                                       | Fase de execução     | 35           |
|                                                     | <b>Total de audiências realizadas</b> |                      | <b>1.124</b> |



### 3.3.3 Produtividade do magistrado substituto fixo – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

| FLÁVIO LONDRES DA NÓBREGA                           |                                       |                      |            |
|-----------------------------------------------------|---------------------------------------|----------------------|------------|
| 30.01 a 30.09.2017                                  |                                       |                      |            |
| DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO |                                       |                      |            |
| Realizadas                                          | Inicial                               | 356                  |            |
|                                                     | Instrução                             | 294                  |            |
|                                                     | Julgamento                            | -                    |            |
|                                                     | Una                                   | 155                  |            |
|                                                     | <b>Total</b>                          | <b>805</b>           |            |
|                                                     | Conciliação                           | Fase de conhecimento | 48         |
|                                                     |                                       | Fase de execução     | 18         |
|                                                     | <b>Total de audiências realizadas</b> |                      | <b>871</b> |

### 3.4 Índice de congestionamento

#### 3.4.1 Fase de conhecimento (Fonte: TRT13 em números)

| Item                               | 2014          | 2015          | 2016          |
|------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Processos de conhecimento baixados | 879           | 1.332         | 1.640         |
| Casos novos de conhecimento        | 1.596         | 1.927         | 2.062         |
| Casos pendentes de conhecimento    | 1.592         | 13.393        | 1.483         |
| Taxa de congestionamento           | <b>72,00%</b> | <b>60,00%</b> | <b>54,00%</b> |

#### 3.4.2 Fase de execução (Fonte: TRT13 em números)

| Item                           | 2014       | 2015       | 2016       |
|--------------------------------|------------|------------|------------|
| Processos de execução baixados | 309        | 282        | 240        |
| Casos novos de execução        | 321        | 345        | 394        |
| Casos pendentes de execução    | 826        | 860        | 770        |
| Taxa de congestionamento       | <b>73%</b> | <b>77%</b> | <b>79%</b> |

### 3.5 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

| Item               |           | 2014 | 2015 | 2016 | 2017<br>até 30.09 |
|--------------------|-----------|------|------|------|-------------------|
| <b>Embargos de</b> | Recebidos | 250  | 210  | 168  | 189               |



|                                            |                  |           |           |           |           |
|--------------------------------------------|------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>declaração</b>                          | Baixados         | 234       | 187       | 195       | 155       |
|                                            | <b>Pendentes</b> | <b>25</b> | <b>48</b> | <b>23</b> | <b>51</b> |
| <b>Antecipação de tutela</b>               | Recebidos        | 139       | 293       | 462       | 214       |
|                                            | Baixados         | 130       | 223       | 415       | 202       |
|                                            | <b>Pendentes</b> | <b>4</b>  | <b>27</b> | <b>18</b> | <b>35</b> |
| <b>Impugnação à sentença de liquidação</b> | Recebidos        | 35        | 39        | 35        | 20        |
|                                            | Baixados         | 29        | 32        | 26        | 19        |
|                                            | <b>Pendentes</b> | <b>10</b> | <b>11</b> | <b>13</b> | <b>11</b> |
| <b>Embargos à execução</b>                 | Recebidos        | 121       | 95        | 90        | 48        |
|                                            | Baixados         | 92        | 108       | 88        | 40        |
|                                            | <b>Pendentes</b> | <b>39</b> | <b>23</b> | <b>18</b> | <b>21</b> |
| <b>Exceções de pré-executividade</b>       | Recebidos        | 8         | 7         | 12        | 8         |
|                                            | Baixados         | 6         | 10        | 9         | 6         |
|                                            | <b>Pendentes</b> | <b>2</b>  | <b>-</b>  | <b>1</b>  | <b>3</b>  |

### 3.6 Recursos interpostos

| <b>PERÍODO: 1º a 30.09.2017</b> |              |                  |                      |                 |                  |
|---------------------------------|--------------|------------------|----------------------|-----------------|------------------|
| <b>Item</b>                     | <b>Novos</b> | <b>Recebidos</b> | <b>Não recebidos</b> | <b>Baixados</b> | <b>Pendentes</b> |
| Recurso ordinário               | 50           | 35               | 2                    | -               | <b>60</b>        |
| Recurso adesivo                 | -            | -                | -                    | -               | <b>2</b>         |
| Agravo de petição               | 3            | 3                | -                    | 1               | <b>5</b>         |
| <b>Total</b>                    | <b>53</b>    | <b>38</b>        | <b>2</b>             | <b>1</b>        | <b>67</b>        |

Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

### 3.7 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

| <b>Item</b>                          | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017<br/>(até 30.09.17)</b> |
|--------------------------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------------------|
| Execuções pendentes                  | 593         | 621         | 723         | 883                            |
| Execuções iniciadas                  | 321         | 357         | 395         | 528                            |
| Recebidos de outros Órgãos           | -           | 1           | 1           | 1                              |
| Execuções encerradas                 | 276         | 244         | 240         | 311                            |
| Remetidos a outros Órgãos            | -           | 12          | 4           | 16                             |
| Processos arquivados provisoriamente | 110         | 130         | 88          | 127                            |



|                                                 |            |            |            |              |
|-------------------------------------------------|------------|------------|------------|--------------|
| <b>Total de processos pendentes de execução</b> | <b>621</b> | <b>723</b> | <b>883</b> | <b>1.044</b> |
|-------------------------------------------------|------------|------------|------------|--------------|

### 3.8 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

| <b>Item</b>            | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b><br>até 30.09.17 |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-----------------------------|
| Recebidas              | 218         | 165         | 145         | 102                         |
| Devolvidas             | 256         | 145         | 115         | 114                         |
| Pendentes de devolução | 37          | 70          | 103         | 87                          |

## 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

| <b>Item</b>                                                                                   | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo                            | 23,68       | 78,98       | 52,52       |
| Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo                     | 99,63       | 85,03       | 138,22      |
| Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo        | 25,88       | 12,48       | 18,57       |
| Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo | 95,47       | 73,73       | 83,64       |
| Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo                             | 40,02       | 75,69       | 65,91       |
| Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo                      | 160,45      | 124,4       | 161,5       |
| Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo                                    | 10,03       | 19,50       | 32,31       |
| Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo                             | 0,43        | 24,87       | 36,27       |
| Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo                                  | 57,28       | 79,73       | 80,31       |
| Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo                           | 165,56      | 130,58      | 180,5       |



#### 4.2 Duração do processo na fase de conhecimento -TMDP1c (Fonte:Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base **2016**: **80** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **187** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **157** dias para os dois ritos.

O prazo praticado pela Unidade se apresenta acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), como também é superior ao desempenho verificado no ano de **2015**, que foi de **79** dias para o rito sumaríssimo e de **130** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **116** dias para os dois ritos.

#### 4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

| Prazo médio                                                          | 2014   | 2015 | 2016 | 2017 |
|----------------------------------------------------------------------|--------|------|------|------|
| Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo        | -      | -    | -    | 72   |
| Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo | 2.624* | -    | -    | 563  |

\* Processo RTOrd 265-2.2007.5.13.25: iniciada a liquidação em 03.11.2007, homologada a liquidação em 08.09.2014 e iniciada a execução em 30.09.2014.

#### 4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

| Prazo médio                                             | 2014   | 2015    | 2016   |
|---------------------------------------------------------|--------|---------|--------|
| Do início até o encerramento da execução – ente privado | 397,48 | 540,90  | 683,53 |
| Do início ao encerramento da execução – ente público    | 564,71 | 1.040,8 | 541,54 |

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no exercício **2016**, temos: **870** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **468** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **550** dias.



No exercício de **2015**, o tempo médio foi de **523** dias para o rito sumaríssimo e **484** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **491** dias para os dois ritos.

## 5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

| VALORES PAGOS (R\$)                           |                  |                      |                     |                      |                        |
|-----------------------------------------------|------------------|----------------------|---------------------|----------------------|------------------------|
| Item                                          | Sistema          | 2014                 | 2015                | 2016                 | 2017<br>até 30.09.17   |
| Acordo                                        | SUAP<br>(legado) | 8.574.167,69         | 779.020,12          | -                    | 3.661,50               |
|                                               | PJe              | -                    | 657.947,91          | 2.488.020,89         | 3.211.036,71           |
| Espontâneo                                    | SUAP<br>(legado) | 2.336.492,40         | 5.236.903,64        | 16.733.463,66        | 473.137,39             |
|                                               | PJe              | -                    | 22.628,38           | 214.355,58           | 1.057.389,45           |
| Execução                                      | SUAP<br>(legado) | 4.037.023,92         | 2.634.686,57        | 3.091.478,51         | 1.759.906,22           |
|                                               | PJe              | -                    | -                   | 246.156,53           | 1.090.747,08           |
| <b>TOTAL</b>                                  |                  | <b>14.947.684,01</b> | <b>9.331.186,62</b> | <b>22.773.475,17</b> | <b>7.595.878,35</b>    |
| ARRECADAÇÕES (R\$)                            |                  |                      |                     |                      |                        |
| Item                                          | Sistema          | 2014                 | 2015                | 2016                 | 2017<br>até 30.09.2017 |
| Custas<br>processuais                         | SUAP<br>(legado) | 344.727,91           | 114.458,36          | 25.873,49            | 9.823,34               |
|                                               | PJe              | 0,00                 | 17.805,02           | 38.751,03            | 80.833,10              |
| Emolumentos                                   | SUAP<br>(legado) | 5,53                 | -                   | -                    | -                      |
|                                               | PJe              | 0,00                 | -                   | -                    | 50,00                  |
| Contribuição<br>previdenciária                | SUAP<br>(legado) | 1.867.532,31         | 1.264.215,99        | 802.519,01           | 242.498,14             |
|                                               | PJe              | -                    | 15.429,29           | 203.526,47           | 475.962,54             |
| Imposto de<br>Renda                           | SUAP<br>(legado) | 113.104,42           | 7.118,29            | 67.840,88            | 8.281,71               |
|                                               | PJe              | -                    | -                   | 494,63               | 18.936,03              |
| <b>TOTAL</b>                                  |                  | <b>2.325.370,17</b>  | <b>1.419.026,95</b> | <b>1.139.005,51</b>  | <b>836.384,86</b>      |
| <b>Custas<br/>processuais<br/>dispensadas</b> | SUAP<br>(legado) | 274.805,09           | 294.117,78          | 51.966,42            | 5.238,00               |
|                                               | PJe              | 72.845,61            | 458.826,15          | 684.465,99           | 496.587,71             |
| <b>TOTAL</b>                                  |                  | <b>347.650,70</b>    | <b>752.943,93</b>   | <b>736.432,41</b>    | <b>501.825,71</b>      |



## 6 DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)

### 6.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

| Item     | Sistema                           | Quantidade   |
|----------|-----------------------------------|--------------|
| BACENJUD | SUAP                              | 248          |
|          | PJe                               | 994          |
|          | <b>TOTAL</b>                      | <b>1.242</b> |
| INFOJUD  | SUAP                              | 16           |
|          | PJe                               | 17           |
|          | <b>TOTAL</b>                      | <b>33</b>    |
| RENAJUD  | SUAP                              | 11           |
|          | PJe                               | 21           |
|          | <b>TOTAL</b>                      | <b>32</b>    |
| BNDT     | Processos com registro de dados   | 265          |
|          | Processos com inclusão de devedor | 218          |
|          | Processos com exclusão de devedor | 56           |
|          | Processos com devedores inscritos | 614          |
|          | <b>TOTAL</b>                      | <b>1.153</b> |

Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

## 7 DOS PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

### 7.1 Processos analisados

Foram analisados **130** processos por amostragem, dos quais **30** tramitam no sistema SUAP e **100** no PJe, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **39** despachos correicionais em processos do PJe e **13** em processos do SUAP.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.





## 7.2 Gestão dos Sistemas Processuais

### 7.2.1 Panorama SUAP

|                                             |     |
|---------------------------------------------|-----|
| Protocolos pendentes de apreciação          | 4   |
| Processos com tramitação há mais de 40 dias | 20* |

\*051100-82.2010.5.13.0025, 0078100-57.2010.5.13.0025, 0051400-91.2012.5.13.0019, 0031400-52.2012.5.13.0025, 0080400-21.2012.5.13.0025, 0054000-33.2013.5.13.0025, 0162600-51.2013.5.13.0025, 0026900-69.2014.5.13.0025, 0095700-52.2014.5.13.0025, 0114900-45.2014.5.13.0025, 0140000-02.2014.5.13.0025, 0110000-29.2008.5.13.0025, 0084300-17.2009.5.13.0025, 0098600-13.2011.5.13.0025, 0068800-03.2012.5.13.0025, 0050300-49.2013.5.13.0025, 0149700-36.2013.5.13.0025, 0178400-22.2013.5.13.0025, 0084500-48.2014.5.13.0025, 0110000-19.2014.5.13.0025

### 7.2.2 Panorama PJe

#### 7.2.2.1 Agrupadores:

| Agrupador                                                              | Quantidade | Processo mais antigo no agrupador                        |
|------------------------------------------------------------------------|------------|----------------------------------------------------------|
| Processos com pagamentos                                               | 48         | RTOrd 0000623-45.2016.5.13.0025<br>entrada 24.10.2017    |
| Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado            | 1          | RTOrd 0001198-19.2017.5.13.0025<br>entrada 22.08.2017    |
| Processos com Petições Avulsas                                         | 22         | RTOrd 0000544-66.2016.5.13.0025<br>entrada em 26.10.2017 |
| Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas                         | 3          | RTOrd 0000832-77.2017.5.13.0025<br>entrada 10.11.2017    |
| Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado | 23         | RTOrd 0001364-51.2017.5.13.0025<br>entrada 22.09.2017    |
| Processos com petições não apreciadas                                  | 173        | RTSum 0131896-84.2015.5.13.0025<br>entrada 26.10.2017    |
| Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça                            | 5          | RTOrd 0131544-29.2015.5.13.0025<br>entrada 14.09.2015    |

#### 7.2.2.2 Processos em caixas de caráter transitório:

| Fluxo                   | Quantidade | Processo mais antigo no fluxo             |
|-------------------------|------------|-------------------------------------------|
| Análise de Conhecimento | 70         | ET 0001306-45.2017.5.13.0026 - 27.09.2017 |



|                       |     |                                              |
|-----------------------|-----|----------------------------------------------|
| Análise de Liquidação | 10  | RTOrd 0002232-63.2016.5.13.0025 – 09.10.2017 |
| Análise de Execução   | 103 | RTOrd 0131273-20.2015.5.13.0025 – 26.09.2017 |

### 7.2.2.3 Demais fluxos (por amostragem)

#### - Caixa “Apreciar urgentes”

|                                  |             |
|----------------------------------|-------------|
| Processo                         | Ajuizamento |
| ACC0001549-89.2017.5.13.0025     | 06.11.2017  |
| RTOrd0001525-61.2017.5.13.0025   | 27.10.2017  |
| Oposic 0001531-68.2017.5.13.0025 | 30.10.2017  |
| RTOrd 0001537-75.2017.5.13.0025  | 31.10.2017  |
| RTOrd0001540-30.2017.5.13.0025   | 1º.11.2017  |
| RTAlç0001546-37.2017.5.13.0025   | 03.11.2017  |
| RTOrd 0001552-44.2017.5.13.0025  | 07.11.2017  |
| RTOrd 0001573-20.2017.5.13.0025  | 09.11.2017  |
| RTOrd0001594-93.2017.5.13.0025   | 10.11.2017  |

#### - Caixa “Aguardando audiência”

|                                  |                                                            |
|----------------------------------|------------------------------------------------------------|
| RTOrd 0002214-42.2016.5.13.0025  | Conciliado em 21.09.2017, sem lançamento de parcelas pagas |
| RTSum 0002256-91.2016.5.13.0025  | Conciliado em 16.03.2017, sem lançamento de parcelas pagas |
| RTSum 0000090-52.2017.5.13.0025  | Conciliado em 31.01.2017, sem lançamento de parcelas pagas |
| ConPag 0000009-06.2017.5.13.0025 | Conciliado em 25.01.2017, sem lançamento de parcelas pagas |
| RTOrd 0000865-67.2017.5.13.0025  | Conciliado em 18.10.2016, sem lançamento de parcelas pagas |

#### - Caixa “Análise do Conhecimento”

|                                 |                                                                    |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| RTOrd 0001181-17.2016.5.13.0025 | Petição pendente de apreciação desde 03.10.2017                    |
| ACum 0000175-38.2017.5.13.0025  | Petição pendente de apreciação desde 13.09.2017                    |
| RTOrd 0000122-91.2016.5.13.0025 | Despachado desde 11.10.2017 para remeter ao arquivo                |
| RTSum 0000863-34.2016.5.13.0025 | 03 petições pendentes de apreciação datadas de 14, 23 e 27.10.2017 |

**- Caixa “Cumprimento de providências - conhecimento”**

|                                 |                             |
|---------------------------------|-----------------------------|
| RTOrd 0131215-17.2015.5.13.0025 | Conciliado desde 22.05.2017 |
| RTOrd 0131304-40.2015.5.13.0025 | Paralisado desde 18.10.2017 |

**- Caixa “Cumprimento de providências - liquidação”**

|                                    |                                                     |
|------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| RTOrd 0130238-25.2015.5.13.0025    | Aguarda elaboração de cálculos desde 17.05.2017     |
| RTOrd 0130069-72.2014.5.13.0025    | Aguarda elaboração de cálculos desde 26.06.2017     |
| ExProvAS 0001371-43.2017.5.13.0025 | Com petição pendente de apreciação desde 24.09.2017 |
| ACum 0000175-38.2017.5.13.0025     | Com petição pendente de apreciação desde 13.09.2017 |

**- Caixa “Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos”**

|                                                                                                       |                                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| RTOrd 0131302-70.2015.5.13.0025<br>RTSum 0000062-21.2016.5.13.0025<br>RTOrd 0000766-34.2016.5.13.0025 | Diversas parcelas pagas sem lançamento na movimentação processual             |
| RTOrd 0000941-28.2016.5.13.0025<br>RTOrd 0132031-96.2015.5.13.0025                                    | Acordos quitados sem lançamento das parcelas pagas na movimentação processual |

**8 METAS DO CNJ** (Fonte: Hórus)**Meta 1/2016 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior –**

|                                    |             |
|------------------------------------|-------------|
| IPJ – Índice de Processos Julgados |             |
| Unidades de primeiro grau do TRT   | <b>103%</b> |
| Unidade Correicionada              | <b>95%</b>  |

**Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente –**

|                                  |             |
|----------------------------------|-------------|
| Unidades de primeiro grau do TRT | <b>110%</b> |
| Unidade Correicionada            | <b>109%</b> |

Para efeito de controle da **Meta 1/2017** foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **1.239** casos novos (por distribuição) e **1.395** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **109%**.

**Meta 2/17 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015**

|                                                                                                           |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| IPA – Índice de julgamento de processos antigos                                                           |            |
| Unidades de primeiro grau do TRT                                                                          | <b>96%</b> |
| Percentual de julgamento calculado sobre 90% dos processos distribuídos e não solucionados até 31.12.2015 | <b>97%</b> |

**Meta 3 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais**

|                                       |     |
|---------------------------------------|-----|
| IPC – Índice de processos conciliados |     |
| Unidades de primeiro grau do TRT      | 95% |
| Unidade Correicionada                 | 94% |

**Meta 5/2016 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente**

|                                    |            |
|------------------------------------|------------|
| IPJ – Índice de Processos Julgados |            |
| Unidades de primeiro grau do TRT   | <b>88%</b> |
| Unidade Correicionada              | <b>70%</b> |

**Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente**

|                                    |            |
|------------------------------------|------------|
| IPJ – Índice de Processos Julgados |            |
| Unidades de primeiro grau do TRT   | <b>69%</b> |
| Unidade Correicionada              | <b>69%</b> |

**9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE**

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a 8ª Vara do Trabalho de João Pessoa vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, realinhado em abril/2017, com vistas ao biênio 2017/2018.



## 7. 10 RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico dos trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

### Aos Juízes:

#### 1 Recomendações gerais:

- a) determinem, permanentemente, **por decisão**, a ordem de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, de acordo com o estabelecido no art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;
- b) adotem a prática de determinar por decisão, do tipo “Determinado o bloqueio ou a penhora *on line*”, quando da necessidade de utilização dos sistemas de consulta;
- c) adotem a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;
- d) adotem, salvo entendimento em contrário, o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- e) continuem a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- f) incrementem o uso dos sistemas eletrônicos, de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução, bem assim aumentar o índice da Meta 5/2017 do CNJ;
- g) abstenham-se de determinar o arquivamento provisório mediante “decisão de sobrestamento por execução frustrada”, uma vez que, adotado esse procedimento, o fluxo do PJe não permitirá, via normal, o arquivamento provisório do feito, o que impacta no cumprimento da Meta 05 do CNJ;
- h) observem as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013, no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico **sentencas.dsst@mte.gov.br** do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para



o endereço eletrônico **insalubridade@tst.jus.br**, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização.

## **2 Recomendações específicas:**

- a) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito;
- b) procedam ao imediato julgamento daqueles processos que se encontram conclusos para proferimento de sentença com prazo vencido, a exemplo dos processos RTOrd 0000665-94.2016.5.13.0025, RTOrd 0131665-57.2015.5.13.0025, RTOrd 0001253-04.2016.5.13.0025 e RTOrd O 0000447-66.2016.5.13.0025;
- c) adotem a praxe de encaminhar ao arquivo provisório aqueles processos que tiveram seus créditos habilitados em outros feito, a exemplo do processo RTSum 0000473-64.2016.5.13.0025;
- d) providenciem a imediata assinatura e publicação daquelas decisões já confeccionadas, a exemplo do processo RTOrd 0131240-39.2015.5.13.0022 e RTOrd 0131908-98.2015.5.13.0025.

## **Ao Diretor de Secretaria**

### **1 Recomendações gerais:**

- a) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo e-Gestão no site do TST e, também, pelo sistema Hórus, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- b) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) continue a motivar a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados, a exemplo do processo 0001631-57.2016.5.13.0025, com julgamento em 15.08.2017 e só notificação apenas em 27.10.2017;
- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;



- e) monitore, no sistema PJe, os agrupadores e as tarefas “Análise de Conhecimento” e “Análise de Execução”, objetivando mantê-las sem processos e subpastas, em razão da sua natureza transitória, dando prosseguimento de imediato ao feito;
- f) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “aguardando cumprimento de providência”, com indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados.

## **2 Recomendações específicas:**

- a) implemente rotina de trabalho para que, nos processos do PJe, quando da protocolização dos incidentes processuais (recursos, embargos, agravos), seja observado o tipo de documento indicado pela parte, para proceder à alteração, se for o caso, de forma a evitar o ocorrido no Processo RTOrd 0130135-18.2015.5.13.0025, no qual os embargos à execução e Agravo de Petição, Id d84a98c e Id 047d16), respectivamente, foram protocolizados como “Petição em PDF”;e, assim sendo, não serão contabilizados estatisticamente;
- b) antes do arquivamento provisório dos autos, emita certidão atestando a inexistência de depósito judicial/recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor, conforme modelo constante no anexo IV da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, evitando o ocorrido no processo RTSum 0130084-07.2015.5.13.0025;
- c) diligencie junto às petições pendentes de apreciação e juntada no SUAP, para imediata conclusão ao juiz;
- d) providencie a imediata conclusão ao juiz daqueles processos que se encontram paralisados no SUAP há mais de 40 dias;
- e) oriente a equipe a centralizar todos os processos conciliados na caixa “Aguardando pagamento ou cumprimento de acordo”, de forma a melhor administrar o vencimento das parcelas para lançamento na movimentação processual;
- f) proceda à imediata conclusão ao juiz daqueles processos que se encontram em caixa “Apreciar Urgentes”.



## **Aos servidores da Vara:**

### **1 Recomendações gerais:**

- a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos do §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017;
- b) observem, logo após o lançamento de decisão para inclusão do executado no BNDT, o fluxo processual seguinte: “Registrar no BNDT – Exec”.

### **2 Recomendações específicas:**

- a) dispensem mais atenção ao registro, na movimentação processual, dos pagamentos efetuados;
- b) melhor diligenciem quando do arquivamento do feito, de forma a evitar o ocorrido no processo RTOOrd 0131867-34.2015.5.13.0025 que foi arquivado sem o devido lançamento na movimentação processual das parcelas pagas.

## **11 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Desembargador Corregedor constata a regularidade da atividade judicial na 8ª Vara do Trabalho de João Pessoa, que já se destaca no resultado parcial da Meta 1 do CNJ (109%), pelo que parabeniza a equipe e a incentiva a manter o desempenho até o final deste exercício.

O Corregedor observa que, não obstante o índice de conciliação alcançado no período correicionado **(28%)** seja superior ao registrado na correição passada **(25,44%)**, encontra-se abaixo da média do Regional, que oscila entre **30% e 35%**. Diante desse quadro, o Corregedor exorta os magistrados e servidores da Unidade a adotarem medidas mais efetivas voltadas à pacificação dos litígios, a fim de privilegiar os princípios da economia e celeridade processual e alcançar o cumprimento da Meta 3 do CNJ, ora com índice de **94%**.

Também constatou o Desembargador Corregedor que a Vara aumentou o quantitativo de processos de execução - de **853** na correição anterior, para **1.044** no





atual período -, correspondendo a um percentual de **22,39%**. Ainda, constata-se majoração no tempo médio de duração do processo (início da execução até o encerramento) - de **491** dias no ano de 2015 para **550** dias no exercício de 2016 -, motivo pelo qual recomenda maiores esforços na busca da solução dos processos nessa fase para que, ao final, a Unidade alcance a Meta 5 do CNJ, por ora na ordem de **69%**.

Ainda chama a atenção para a duração do processo na fase de conhecimento, em atenção às metas do Planejamento Estratégico deste Tribunal para o quinquênio 2015-2020, ao constatar aumento do tempo médio de duração do processo do ajuizamento à prolação da sentença de **116** dias, no ano de 2015, para **157**, no exercício de 2016.

## **12 VISITA CORRECIONAL**

O Desembargador Corregedor visitou a 8ª Vara do Trabalho de João Pessoa, oportunidade em que se reuniu com o Magistrado Titular, o Magistrado Substituto fixo e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços.

## **13 AGRADECIMENTOS**

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece ao Juiz Titular, Rômulo Tinoco dos Santos, ao Juiz Substituto fixo, Flávio Londres da Nóbrega, ao Diretor de Secretaria, Arinaldo Alves de Sousa, e aos servidores: Aldrovando Paulo da Silva Filho, Ana Paula de Alencar Neves, Anna Tereza Lyra Cajú, Cira Fabíola de Queiroz Pires, Estevam Rodriguez Botto Targino, Glauber Silva Farias, Jean Marc Ramalho Duarte, Maria Inês de Medeiros Lima, Paula Frassinetti de Medeiros Guedes, Petrônio de Sá Leitão Cunha, Rossana Cristina Correia Guerra Toscano Moura, Samara Batista Paiva, Tatiane Rossi e Vânia Cavalcanti de Oliveira, pelo tratamento cordial dispensado à equipe de correição.



## **14 ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

João Pessoa, 13 de novembro de 2017.

**WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**  
**Desembargador Corregedor**